

# A TRADIÇÃO DE PESQUISA EM LÍNGUAS DE SINAIS NO/DO BRASIL (1980 A 2019): UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

*THE TRADITION OF RESEARCH IN SIGN LANGUAGES IN BRAZIL (1980 TO 2019): A HISTORIOGRAPHIC ANALYSIS*

**Marcelo Alessandro L. dos Anjos**<sup>1</sup>

Universidade Federal do Piauí

**Rodrigo Alves Silva**<sup>2</sup>

Universidade Federal do Piauí

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar um breve mapeamento acerca da produção de conhecimento sobre línguas de sinais no/do Brasil, no período de 1980 a 2019. Neste artigo, em específico, pretende-se: i) analisar, segundo o princípio da contextualização (KOERNER, 2014), os fatores sociais, políticos e históricos que favoreceram o desenvolvimento dos estudos sobre línguas de sinais no Brasil, a partir de 1980; ii) mapear teses e dissertações na área defendidas entre 1980 a 2019; iii) identificar os principais grupos de especialidade (MURRAY, 1994) e os cursos de Letras Libras implementados nas universidades. Para tanto, utiliza-se os princípios teórico-metodológicos

**Abstract:** This research aims present a mapping (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021) about the production of knowledge on sign language in Brazil, from 1980 to 2019. This article specifically aims to: i) analyze, according to the principle of contextualization (KOERNER, 2014) the social, political and historical factors that favored the development of studies on sign language in Brazil, since 1980; ii) mapping theses and dissertations in the area defended between 1980 and 2019; iii) identify the main scientific group (MURRAY, 1993) and Letras Libras courses implemented in universities. Therefore, the theoretical-methodological principles of Linguistic Historiography are used, based on

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua, como professor Associado I, na Universidade Federal do Piauí, onde coordena, desde 2014, o Núcleo de Pesquisa e Ensino do Português (NUPEP/UFPI). E- mail: marcelodosanjos@ufpi.edu.br.

<sup>2</sup>Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino do Português (NUPEP/UFPI). E - mail: rodrigoalvessilva@hotmail.com.br.

da Historiografia Linguística, baseando-se em autores como Swiggers (2019), Altman (2004[1998]) e Batista (2007; 2013).

authors such as Swiggers (2019), Altman (2004[1998]) and Batista (2007; 2013).

**Palavras-chave:** Historiografia Linguística. Línguas de Sinais. Mapeamento.

**Keywords:** Linguistic Historiography. Sign language. Mapping.

## 1. Introdução

Entendida como uma metaciência (BATISTA, 2007), a Historiografia Linguística (doravante HL) se detém a examinar e apresentar a história da Linguística em seus diversos campos de estudo, entre os quais estão aqueles que incidem sobre as línguas de sinais. Desse modo, este trabalho tem o objetivo de apresentar um *mapeamento* (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021) da produção de conhecimento sobre línguas de sinais no/do Brasil, no que chamamos de *Tradição de Pesquisa em Línguas de Sinais (TPLS)*, a partir do conceito de *tradição de pesquisa* proposto por Laudan (2011 [1977]), o qual afirma que toda disciplina intelectual, científica ou não, tem uma História repleta de *tradições de pesquisa*, e de Feyerabend (2011[1978]), para quem todas as tradições são válidas e não podem ser consideradas boas ou más, a menos quando julgadas do ponto de vista de uma outra *tradição*.

Este *mapeamento* é parte dos resultados da tese intitulada *A Tradição de Pesquisa em Línguas de Sinais no/do Brasil (1980 a 2019): uma análise historiográfica a partir de teses e dissertações*, realizada no âmbito de Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (quadriênio 2019-2023), junto ao grupo de pesquisa *Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*<sup>3</sup>, coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo dos Anjos.

A tese citada tem o objetivo geral de construir uma narrativa historiográfica acerca da produção de conhecimento sobre línguas de sinais no/do Brasil. Para tanto, elegeu-se como recorte temporal o período que abrange a década de 1980, em que

<sup>3</sup> Mais informações do grupo de pesquisa em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2196204928483826](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2196204928483826).

se iniciam, no Brasil, as pesquisas linguísticas na área, e a década de 2010 (até 2019), período em que se encontrou as últimas teses e dissertações registradas no repositório da CAPES quando da elaboração do projeto. Partindo desse recorte temporal, optou-se por fazer um *mapeamento* das teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras, bem como um levantamento dos cursos de Letras Libras implantados desde 2006, ano de inauguração do primeiro curso de Licenciatura em Letras Libras, a distância, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além dos cursos, fez-se também um levantamento dos grupos de pesquisa na área da Linguística de línguas de sinais cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Neste trabalho, foi estabelecido o seguinte percurso: primeiramente, discute-se a respeito da história dos estudos sobre línguas de sinais, num cenário macro, para só então adentrar no contexto brasileiro. Em seguida, faz-se uma breve *contextualização* (KOERNER, 2014[1995]) dos fatores sociais, políticos e históricos que favoreceram o desenvolvimento dos estudos sobre línguas de sinais no Brasil, a partir de 1980, período em que surge o *movimento social surdo* (BRITO, 2021). Posteriormente, são apresentados os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, baseando-se em Swiggers (2019), acerca das fases do trabalho historiográfico, e em Coelho, Nóbrega e Alves (2021), sobre a técnica do *mapeamento*, mostrando o quantitativo de teses e dissertações produzidas no Brasil entre 1980 a 2019. Ademais, discorre-se sobre os cursos de Letras Libras implantados nas universidades federais e estaduais brasileiras e os principais *grupos de especialidade* (MURRAY, 1994) da área. Esses dados, além de evidenciarem a produção e a institucionalização de conhecimentos da *TPLS* no cenário da pesquisa linguística brasileira, servem de fontes a pesquisadores da área, já que, “no contexto dos estudos da linguagem no Brasil, ainda há muita dispersão, lacunas e desorganização de fontes” (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021, p. 15).

## 2. Breve histórico dos estudos de línguas de sinais

O campo de estudos linguísticos de línguas de sinais é mais recente no quadro de trabalho de estudos da linguagem, muito embora, conforme Oviedo (2007), as primeiras reflexões filosóficas remontem à Antiguidade Clássica. Além disso, o autor argumenta que, no século XVIII, filósofos do Iluminismo estavam em busca da linguagem universal e, por isso, se interessavam, de algum modo, pelas línguas de sinais. Segundo Armstrong (2022[2008]), filósofos iluministas franceses da segunda metade do século XVIII, como Condillac, Diderot e Rousseau, estavam cientes do trabalho de educadores de crianças surdas, como Pereire – e parece ter havido um diálogo entre os filósofos e o Abade de l'Épée, fundador da primeira escola para jovens surdos na França no final do século XVII:

Eles viam a língua sinalizada como mais natural e transparente que a fala e, portanto, menos capaz de ser corrompida e manipulada pela classe dominante. Eles também questionaram se ela poderia ser usada para pensamentos e discursos verdadeiramente abstratos (ARMSTRONG, 2022[2008], p. 7651).

A ideia de uma linguagem universal, por seu turno, pode ser percebida ainda no século XVI, pois, consoante Trabant (2020), estando a Europa imersa no contexto da formação dos estados nacionais e diante de uma diversidade linguística que ameaçava a soberania do latim, surgiram algumas maneiras de lidar com essa situação: a busca pela unidade profunda entre a diversidade das línguas, tentando resgatar a língua das origens com a pesquisa histórica; a procura pela unidade estrutural profunda, a gramática geral; e a busca por uma teoria linguística que ateste a existência de uma linguagem universal. Esses posicionamentos teóricos vão de encontro ao pensamento de que cada língua compreende uma diversidade cognitiva, ou seja, as visões de mundo podem ser distintas a depender da língua que se utiliza, teoria que, no século XX, atinge seu ápice com os estudos de Benjamin Lee Whorf (TRABANT, 2020).

Quanto às línguas de sinais, já no século no século XIX, houve um abandono de seus estudos, devido à associação do “gestual” com o “primitivo”, motivada pela disseminação da teoria darwinista que apregoava a ideia de que os organismos vivos se tornaram mais complexos e capazes de sobreviver ao longo do tempo e, dessa forma, povos “primitivos” usavam um tipo de linguagem fundamentalmente gestual em contraste com os povos mais evoluídos, os quais se utilizavam da escrita. Conforme Baynton (2002):

Os professores do século XIX, por outro lado, não falavam de “língua de sinais”, mas sim de “a linguagem de sinais”. A língua de sinais para eles era uma linguagem universal que apareceu entre diversos povos ao longo da história. A língua de sinais dos surdos americanos era a mesma usada pelos surdos britânicos, russos ou chineses, ou pelos índios americanos. Embora estivessem bem cientes das diferenças entre eles, viam-nas como indicações de variações superficiais de uso, em vez de línguas distintas (BAYNTON, 2002, p. 17).<sup>4</sup>

Com efeito, Rocha (2019, p. 32) afirma que “línguas orais e línguas de sinais fazem parte do repertório humano, da vida em sociedade. É preciso apostar nas possibilidades dialógicas, na mistura. Uma língua não deveria ser confinada a uma circunscrição, ou a um domínio”. Desse modo, o interesse pela descrição e sistematização de aspectos linguísticos das línguas de sinais tem seu apogeu na década de 1960, na Universidade de Gallaudet, com o trabalho de William Stokoe, intitulado *Sign Language structure. An outline of the visual communication systems of the American deaf*. Seu pioneirismo, porém, é questionado, já que, ainda na primeira metade do século XIX, o francês Auguste Bébien (1789-1839), maestro e professor de surdos, e um grande defensor da escola bilíngue na França, se dedicou à descrição da Língua de Sinais Francesa (LSF) e publicou, em 1825, a *Mimographie*, uma proposta de escrita de sinais de base fonética. Segundo Oviedo (2009), é possível perceber muitas se-

---

<sup>4</sup> Tradução livre para: Nineteenth-century teachers, on the other hand, did not speak of “sign language,” but rather of “the sign language”. Sign language for them was a universal language that appeared among diverse peoples throughout history. The sign language of American deaf people was the same as that used by the British, Russian, or Chinese deaf, or by American Indians. While they were well aware of the differences among them, they saw these as indications of superficial variations in usage rather than distinct languages (BAYNTON, 2002, p. 17)

melhanças entre o *Mimographie* e os estudos de Stokoe, desvelando uma aparente influência do primeiro sobre o segundo.

Os estudos de Stokoe, por sua vez, impulsionaram as pesquisas linguísticas acadêmicas, legitimando o estatuto linguístico de uma “nova” modalidade de língua no quadro de estudos da Linguística. Conforme Garcia (2019), na ocasião do *Simpósio Nacional de Pesquisa de Língua de Sinais*, a primeira conferência nacional sobre linguística das línguas de sinais ocorrida em outubro de 1980 em Boston, Massachusetts, disseminou-se o trabalho de Stokoe em nível nacional, reverberando, posteriormente, em nível internacional.

Nesse cenário, o Brasil já era um dos países que incentivava a educação de surdos e o ensino de línguas de sinais desde a fundação do então *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, em 1856, no Rio de Janeiro, o atual Instituto de Nacional de Educação de Surdos (INES), o qual esteve integrado historicamente a uma rede de instituições de educação de surdos, que se iniciou no século XVIII, com as escolas alemã e francesa. Já no século XIX, havia quase quatrocentas instituições distribuídas pelos cinco continentes, e o instituto brasileiro teve como sua principal referência, para o desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, o Instituto de Jovens Surdos de Paris (ROCHA, 2019).

Ligada à escola de surdos francesa, a instituição de educação de surdos do Brasil, ainda no século XIX, adotava uma metodologia que utilizava sinais para a comunicação de surdos e com foco no desenvolvimento da linguagem escrita. No entanto, na ocasião do Congresso de Milão, em 1880, decidiu-se que o uso dos sinais fosse deixado de lado nas instituições de educação de surdos, e que os projetos educacionais focassem, prioritariamente, na aquisição da linguagem oral. Rocha (2019, p. 23) ressalta que, nesse contexto, o então diretor do instituto brasileiro, Dr. Tobias Leite, cuja gestão ocorreu entre 1868 e 1896, defendia a aquisição da linguagem escrita, pois, para ele, a finalidade dos institutos era oferecer uma formação que “levasse ao surdo a possibilidade de estabelecer relações com a sociedade na qual estava inserido”. Desse modo, as línguas de sinais permaneciam em um plano secundário.

As lutas a favor do uso das línguas de sinais pelos surdos, associadas aos debates sobre as concepções filosóficas de educação de surdos e o avanço nas pesquisas linguístico-descritivas da *American Sign Language* (ASL), foram determinantes para que as línguas de sinais fossem de fato reconhecidas como língua. No Brasil, esse reconhecimento/legitimação se dá, pelo menos, por duas vias: a legal, ocorrida no ano de 2002, com a sanção da Lei nº 10.436/2002 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, resultado de um longo processo histórico de reivindicações do *movimento social surdo* (BRITO, 2021), iniciado na década de 1980; e a científica, através dos estudos linguísticos realizados e publicados, dentro e fora do Brasil, a partir da década de 1970 e, mais proeminentemente, a partir da década de 1980, por linguistas brasileiros, como Lucinda Ferreira (1945-), fundadora do primeiro grupo de pesquisa sobre línguas de sinais. Garcia (2019) aponta que:

O trabalho na Língua Brasileira de Sinais começou nos anos de 1970, quase simultaneamente com os desenvolvimentos nos EUA. Stokoe foi o pioneiro da linguística da língua de sinais e seu trabalho tornou-se um ponto de partida para pesquisadores de língua de sinais em outros países. O papel da linguista Lucinda Ferreira Brito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é tido como pioneiro e importante entre os linguistas da língua de sinais brasileira. Ela iniciou discussões fundamentais considerando o uso da língua de sinais e o português na educação de surdos (GARCIA, 2019, p. 16-17).

Desse modo, o que se disse a respeito das línguas de sinais do Brasil, seja no aspecto social, político e, sobretudo, linguístico, o modo como essas ideias circularam e os desdobramentos desse clima de opinião são questões caras à investigação que se alicerça no aporte teórico-metodológico da HL. No entanto, como já dito, este trabalho trará apenas alguns resultados parciais do levantamento e do *mapeamento* que se fez como parte integrante da análise historiográfica. Antes, cumpre discorrer a respeito das questões sociais e políticas que serviram de pano de fundo para o início do reconhecimento das línguas de sinais no Brasil.

### 3. O movimento social surdo e a luta pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais

O período inicial do recorte temporal adotado neste trabalho é a década de 1980, momento em que o debate sobre as “deficiências”<sup>5</sup> e as políticas de inclusão se acentuaram, tanto no contexto nacional quanto internacional. Por conta disso, optamos por analisar, mais precisamente, esta década e os desdobramentos dela nos anos seguintes. Iniciamos a *contextualização* com o estabelecimento do ano de 1981, pela Organização das Nações Unidas, como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, com o lema “Participação plena e igualdade”. A ONU também considerou o período entre 1983 a 1993 como a “Década das Pessoas Deficientes”.

Além da promulgação do ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, determinou-se que esse ano seria apenas o início de todo um trabalho a ser desenvolvido ao longo de toda a década. Viu-se, então, a necessidade de uma elaboração de planos de ação a longo prazo dos países membros, os quais foram discutidos, no contexto da América Latina, entre 5 a 11 de novembro de 1980, no *Seminário Regional da Comissão Económica para a América Latina – CEPAL*, em Santiago, no Chile (BRASIL, 1981).

Esse contexto de política de inclusão e valorização das pessoas com deficiência reverberou também no Brasil, através do Decreto 84.919, de 16 de julho de 1980, que instituiu a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD). Conforme o Art. 1º deste Decreto, a CNAIPD teria a missão de “planejar e coordenar, a nível nacional, os programas relativos ao ‘Ano Internacional das Pessoas Deficientes’, a ser celebrado em 1981, conforme Resolução nº 31/123, da Assembléia Geral das Nações Unidas” (BRASIL, 1980).

A Comissão também foi composta por membros representantes de diferentes esferas administrativas, a saber: Ministério da Educação e Cultura (2 membros); Minis-

---

<sup>5</sup> O termo “deficiência” suscita várias discussões dada a sua complexidade, como afirma Diniz (2007). Neste capítulo, contudo, utilizamos o termo “deficiência” e “deficiente”, seguindo o princípio da *imanência* de Koerner (2014[1995]), pelo fato de ele ser comum na década de 1980, período em que surgem esses movimentos sociais. Em outros momentos do mesmo capítulo, utilizamos o termo “pessoa com deficiência”, termo disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, quando fizermos referência ao contexto mais recente.

tério da Previdência e Assistência Social (2 membros); Ministério da Saúde (1 membro); Ministério do Trabalho (1 membro); Ministério das Relações Exteriores (1 membro); Secretaria de Planejamento (1 membro); Secretaria de Comunicação Social (1 membro); entidade não governamental de reabilitação e educação de deficientes (1 membro); entidades não governamentais interessadas na prevenção de acidentes no trabalho, no trânsito e domésticos (1 membro) (BRASIL, 1981).

Nesse sentido, era atribuição da CNAIPD trabalhar de forma conjunta e descentralizada, mediante parceria com comissões estaduais e municipais criadas com o intuito de pôr em prática o Plano de Ação a curto, médio e longo prazo, além da participação de órgãos do governo, entidades não governamentais e membros da comunidade (BRASIL, 1981).

No que concerne aos surdos, a CNAIPD previu, em uma de suas ações do Plano de Ação, "ampliar e reestruturar o atendimento pré-escolar do INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INÊS [sic] e do INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT — IBC, visando transformá-los em serviços modelo" (BRASIL, 1981, p. 14), ação inserida no eixo "Educação", e "estabelecer condições para o fácil acesso das pessoas deficientes com dificuldade de comunicação (cegos e surdos) às fontes públicas de informação" (BRASIL, 1981, p. 16), quanto à "Remoção de barreira arquitetônicas". Percebe-se, então, no contexto dos anos iniciais da década de 1980, um *clima de opinião* sensível à "reabilitação" (sendo mais próximo à visão da época) das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas surdas. Isso, de certo modo, pôde dar ainda mais espaço para um *movimento social surdo* (BRITO, 2021) em busca dos direitos da pessoa surda, sobretudo, o direito linguístico.

Um dos grandes esforços desses movimentos foi a mudança de visão em relação à pessoa com deficiência, do *modelo caritativo* ao *modelo social*. De acordo com Lanna Júnior (2010), o *modelo caritativo* tem origem no cristianismo da Idade Média e concebe a "deficiência" com um déficit e as pessoas são dignas de pena e vítimas da própria condição. O modelo social, no entanto, defendido pelo movimento das pessoas com deficiência baseia-se na ideia de que a interação entre a pessoa com

deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. Ou seja: o déficit não está atrelado à pessoa com deficiência, unicamente, à relação entre o sujeito e a estrutura organizacional da sociedade, em seus diferentes aspectos. Com isso, a luta das pessoas com deficiência deixou de estar apenas no campo do assistencialismo e passou a situar suas demandas no campo dos Direitos Humanos.

Outro grande impasse na história dos movimentos sociais das pessoas com deficiência foi a mudança terminológica, já que a palavra está carregada de ideologias e valorações a respeito do sujeito. Em função disso, na busca de romper com o uso de termos genéricos como “inválidos”, “incapazes”, “aleijados”, “defeituosos”, as pessoas com deficiência buscaram utilizar a denominação “pessoas deficientes”, motivados sobretudo pelo AIPD, instituído pela ONU em 1980. Segundo Lanna Junior (2010), a inclusão do termo “pessoa” objetivou evitar a ideia de coisificação da pessoa com deficiência. Em seguida, passou-se a utilizar a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, com o objetivo de identificar a “deficiência” como um detalhe da pessoa. Apesar de amplamente adotada, inclusive na Constituição Federal de 1988, a condição de “portador” passou a ser questionada pelo movimento por transmitir a ideia de que a “deficiência” é algo que se porta e, por isso, não faz parte da pessoa. Além disso, enfatiza a “deficiência” em detrimento do ser humano (LANNA JUNIOR, 2010).

Atualmente, embora se reconheça a complexidade do conceito de “deficiência” (DINIZ, 2007), o termo mais utilizado tem sido “pessoas com deficiência”, consagrado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, e presente também na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Conforme a Lei, é considerada pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, n.p). Importante salientar que a “deficiência” está atrelada não à pessoa, mas às barreiras que lhe são impostas,

sejam elas urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação e na informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015), o que tem segregado tais pessoas na vida plena em sociedade.

No contexto de movimentos sociais da década de 1980, em que a voz desses grupos precisava ser ouvida, CNAIPD representou um dos principais meios de ascensão do movimento social das pessoas com deficiência, devido a sua ampla divulgação nos meios de comunicação, como a mídia televisiva e a imprensa escrita, como relatam alguns depoimentos de ativistas do movimento (BRITO, 2021). Alguns eventos também foram marcantes nesse período de movimento e luta das pessoas com deficiência: o *1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes*, que aconteceu em Brasília, entre 22 e 25 de outubro de 1980.

O movimento de luta da comunidade surda emergiu da luta das pessoas com deficiência, que incluía não somente surdos, mas também cegos, pessoas em cadeira de rodas e hansenianos. Esse grupo teve expressiva mobilidade na década de 1980, a partir da divulgação do AIPD, que garantia direitos às pessoas com deficiência. Após várias reuniões e encontros desse movimento, a comunidade surda decidiu criar o próprio movimento, que contemplasse apenas surdos, para que suas reivindicações peculiares fossem atendidas, já que os movimentos de pessoas com deficiência, como um todo, não atendiam às suas especificidades.

É possível perceber, no movimento das pessoas com deficiência, unidade e divisão, consensos e dissensos, amor e ódio. Parte desses conflitos são criados pelo fato de que novos movimentos sociais são, também, movimentos que buscam criar uma identidade coletiva para determinado grupo, seja em oposição a outros segmentos, seja em oposição à sociedade. Um dos objetivos dessa afirmação identitária é dar visibilidade e alterar as relações de força no espaço público e privado. O sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política. Os movimentos sociais são formados pela diversidade de identidades, porém, unificadas nas experiências de coletividade vividas pelas pessoas.

A unidade é ameaçada por fatores como a disputa pelo poder, pela legitimidade da representação e pela agenda da luta política (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 13).

Conforme Lanna Júnior (2010), havia uma tensão, nos primeiros debates nacionais organizados no início da década de 1980, no grupo de movimentos sociais das pessoas com deficiência, uma vez que o grupo era constituído de cegos, surdos, pessoas em cadeira de rodas e hansenianos. Esses diferentes grupos elegeram como estratégia a criação de uma única entidade que respondesse por todos eles, a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. O impasse, então, ocorreu no momento em que se percebeu a necessidade de atendimento às especificidades de cada "deficiência", o que não era possível a partir de um grupo único. Com isso, houve a criação de federações nacionais por tipo de "deficiência", o que ajudou a fortalecer ainda mais os debates sobre novas atitudes em relação às pessoas com deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010). Na visão de Lia Crespo, uma das militantes do movimento à época, em seu depoimento ao trabalho de Lanna Júnior (2010), essa divisão enfraqueceu o movimento, conforme se vê a seguir.

Em 1982, houve um racha no movimento nacional e a Coalizão acabou. Foram criadas organizações nacionais por tipos de deficiência. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) passou a representar nacionalmente os surdos; a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), os deficientes físicos, etc. Acho que, de alguma maneira, isso enfraqueceu o movimento. O NID não participou do Encontro que decidiu pela divisão do movimento. Nós sempre fomos a favor de uma coalizão que continuasse tendo organizações representativas de vários tipos de deficiência [...] Acho que tinha a ver com o fato de que sempre houve uma hegemonia, na liderança do movimento, das entidades de deficientes físicos. Pela característica da deficiência física, a gente tinha mais condições de comunicação. Tínhamos mais acesso à informação porque não tínhamos dificuldade em recebê-la. Ao passo que existia muito pouca informação em Braille para os cegos. O surdo recebia menos informação ainda, e isso era agravado pelo fato de os surdos terem mais dificuldade para se comunicar com a sociedade, com os jornalistas, com a mídia (CRESPPO *apud* LANNA JÚNIOR, 2010, p. 133-134).

A partir deste depoimento, percebe-se que os surdos participantes do movimento tinham pouco acesso à informação devido à dificuldade de comunicação, já que era feita em língua portuguesa e não nas línguas de sinais. Esse foi (e continua sendo, em alguns casos) o grande entrave na surdez, que são as barreiras comunicativas causadas pelo desconhecimento e desuso das línguas de sinais. Isso justifica o fato de, ainda na década de 1980, os surdos buscarem organizar um movimento independente, que reivindicava direitos que atendessem às suas necessidades peculiares, como o reconhecimento legal da Libras, o que aconteceu apenas em 2002.

Esse movimento de pessoas surdas é designado por Brito (2021) de *movimento social surdo*. O autor destaca o movimento social como um conjunto de ações coletivas por um grupo social pertencente a uma identidade coletiva. Com base nessa ideia, o Brito (2021) analisa a luta coletiva de ativistas da comunidade surda brasileira pelo reconhecimento legal da Libras.

Atrelado ao *movimento social surdo* pelo reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, o que ocorreria apenas em 24 de abril de 2002, com a sanção da Lei Ordinária Federal 10.436, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, havia um grupo de especialistas em pesquisas sobre descrição e ensino da Libras, que também ajudou a fortalecer o *movimento social surdo*, inclusive com pareceres técnico-científicos que atestam o estatuto linguístico das línguas de sinais, como foi o caso da linguista Eulalia Fernandes (UFRJ), que elaborou o *Parecer sobre a Língua de Sinais usada nos Centros Urbanos do Brasil*, anexo ao projeto de lei para o reconhecimento da Libras. Assim, conforme Brito (2021):

Na condição de especialistas em suas respectivas áreas, muitos desses intelectuais participaram da discussão de políticas governamentais, atuando junto a órgãos públicos, principalmente na área da educação e de direitos da pessoa com deficiência. Desse modo, agiram em reuniões comissões, assessorias e trabalharam na elaboração de pareceres técnicos [...] (BRITO, 2021, p. 46).

Ainda conforme Brito (2021), na década de 1980, esse grupo de especialistas era formado basicamente por ouvintes. Posteriormente, com o passar dos anos, aumentou o número de estudantes surdos que se formavam nas universidades e desenvolviam pesquisas em programas de pós-graduação, sendo, então, partícipes influentes nos movimentos sociais.

Nesse contexto de lutas sociais, as pesquisas linguísticas sobre línguas de sinais começaram a se desenvolver no Brasil com mais intensidade, como visto anteriormente, não só no meio acadêmico, mas também no contexto religioso. A propósito, as instituições religiosas foram uma das principais responsáveis pelo ensino e propagação das línguas de sinais no Brasil, sobretudo na década de 1980, com a elaboração de obras lexicográficas e manuais de descrição de línguas de sinais (SILVA, 2013). As pesquisas nas universidades, iniciadas também no fim da década de 1970, foram importantes para a legitimação das línguas de sinais e para a formação de grupos de pesquisas, responsáveis pela propagação e estabelecimento dessa *tradição de pesquisa*. Os dados que serão apresentados posteriormente mostram como se deu esse avanço, em termos quantitativos, de pesquisas na área. Antes, cumpre delinear-se, no tópico seguinte, o percurso metodológico adotado para o levantamento dos dados relacionados à produção e à institucionalização do conhecimento acerca das línguas de sinais.

#### **4. Metodologia em HL e o mapeamento de teses e dissertações**

A HL possui categorias e métodos que possibilitam uma compreensão adequada da história da Linguística e a construção de uma narrativa historiográfica. Tal narrativa precisa ser mediada por conceitos e métodos que formam uma espécie de *framework*, que não deve ter um caráter normativo, mas apresenta-se como uma possibilidade metodológica, já que é fruto das regularidades das pesquisas em HL.

Desse modo, como explicou Pierre Swiggers, em uma mesa-redonda intitulada *Historiografia Linguística: métodos*, transmitida no *youtube* pelo canal Abralín, em

04 de outubro de 2021<sup>6</sup>, a HL possui uma flexibilidade metodológica, em razão dos períodos históricos que se estudam, das diversas possibilidades de documentação e das situações culturais, institucionais e ideológicas. Além disso, a metodologia pode se modificar em função das perguntas que são feitas ao material documental ou em função das escolhas do historiógrafo no quadro de opções: intenção (ideias/fatos); extensão: duração (sincronia/diacronia); extensão: amplitude (conteúdos/contextos) (HISTORIOGRAFIA, 2021).

Ainda no quadro teórico da HL, Swiggers (2019) afirma que o trabalho historiográfico se delinea a partir de três procedimentos globais, que são: a) fase heurística: que consiste na etapa de seleção e organização dos textos; b) fase hermenêutica: que se caracteriza pela interpretação do objeto de análise; c) fase expositiva: que é a própria exposição da análise.

Na fase heurística, optamos por selecionar teses e dissertações a fim de compor o *corpus* de análise. O trabalho com teses e dissertações na pesquisa historiográfica é recente e têm contribuído para a reflexão acerca do método em HL. É possível citar, por exemplo, a tese de Oliveira (2021), que analisa teses e dissertações das áreas Fonética e Fonologia, defendidas entre 1949 e 2000; a tese de Santos (2013), cujo objeto de análise são teses e dissertações sobre tradução/interpretação de línguas de sinais no Brasil, defendidas entre 1990 e 2010; e a tese de Cavalcante (2016), que faz um estudo de teses e dissertações sobre Educação de Surdos, defendidas entre 1990 e 2010.

Neste primeiro momento, fizemos um *mapeamento* de teses e dissertações que tratam de línguas de sinais nos mais diversos campos do saber, por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Toma-se o *mapeamento* como um recurso metodológico que faz uma espécie de descrição inicial da documentação da pesquisa (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021).

---

<sup>6</sup> A mesa-redonda também teve a participação de Cristina Altman (USP) e Ronaldo Batista (UPM) e foi moderada por Leonardo Ferreira Kaltner (UFF). O objetivo da mesa foi discutir questões meta-historiográficas relacionadas à pesquisa em HL.

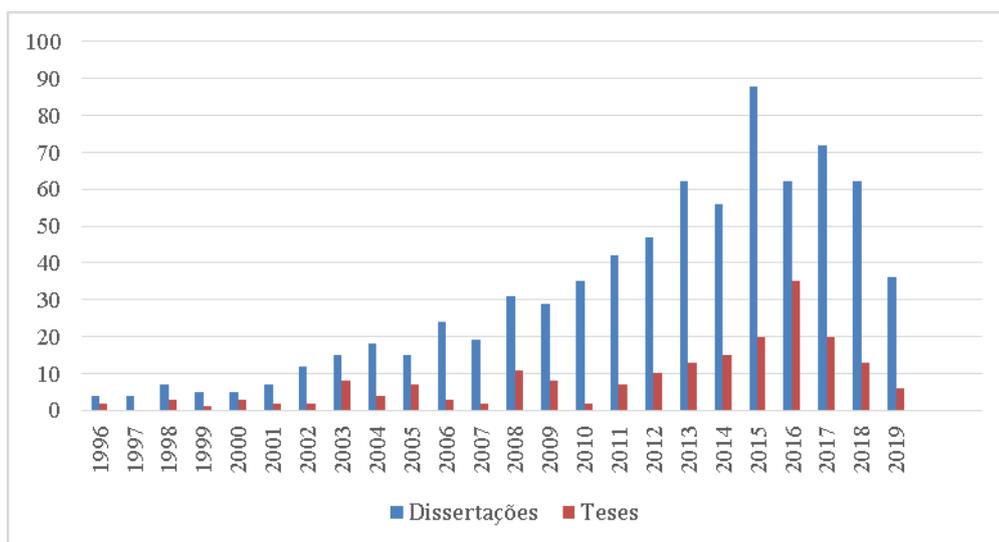
A composição de 'mapas' se dá por meio de um *levantamento de pretensão exaustiva* de fontes potenciais, como se fez com as teses e dissertações que versam sobre línguas de sinais: foram mapeadas e quantificadas as pesquisas registradas no catálogo da CAPES, a fim de verificar, em termos quantitativos, a produção de pesquisa em âmbito de Pós-Graduação sobre línguas de sinais.

Com efeito, mapear, em Historiografia Linguística, tem significado explicitar áreas, temas preferenciais de estudos, abordagens teóricas e metodológicas em disputa, tipos de objetos privilegiados, orientações gerais impressas nas fontes. Cavando um pouco mais, o mapeamento também tem mostrado grupos em competição, perfis institucionais, redes (mais ou menos formalizadas), entre outros aspectos da produção e da circulação do conhecimento linguístico (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021, p. 24).

Nesse exercício de *mapeamento*, fez-se as primeiras consultas ao catálogo da CAPES, utilizando o filtro "língua de sinais". Com isso, o sistema apresentava, de imediato, um total de 1.020 teses e dissertações, publicadas entre 1996 e 2020. Optamos por trabalhar com esse quantitativo, inicialmente, pois, a partir dele, seria possível fazer um maior refinamento dos trabalhos que comporiam o *corpus* da tese.

Chamou-nos a atenção o fato de, em alguns refinamentos de busca, que podem ser feitos por anos, por área do conhecimento, por universidade, por orientador etc., os números resultantes da busca não convergiam com a primeira informação de 1.020 teses e dissertações. Desse modo, optou-se por contabilizar, manualmente, página por página, os trabalhos listados no sistema da CAPES, pois, uma vez que os números automaticamente apresentados pelo sistema não convergiam, concluiu-se que o melhor seria fazer uma contabilização manual. Com isso, obteve-se um total de 954 trabalhos (teses e dissertações), entre 1996 a 2019, distribuídos conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 1 – Total da produção (teses e dissertações), por ano, em números reais, entre 1996 a 2019, segundo o catálogo da CAPES**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da CAPES.

Nota-se, mediante o gráfico acima, a crescente produção de trabalho a respeito de línguas de sinais, em âmbito de pós-graduação, com destaque, em todos os anos, à produção de dissertações de mestrado. Essa quantidade pode ser vista também na tabela abaixo, que divide a produção por períodos, a fim de que se possa ter uma ideia geral da quantidade de trabalhos ao longo dos anos.

**Tabela 1: Quantidade de teses e dissertações, por períodos, entre 1996 e 2019**

Anos	Dissertações (Qtd./%)	Teses (Qtd./%)	Total
1996 – 1999	20 (77%)	6 (23%)	26
2000 – 2010	210 (80%)	52 (20%)	262
2011 – 2015	295 (82%)	65 (18%)	360
2016 – 2019	232 (76%)	74 (24%)	306
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>197</b>	<b>954</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da CAPES.

Uma das principais constatações desta primeira fase do *mapeamento* é que as línguas de sinais não são apenas objeto de estudos de pós-graduação em Letras ou



ra e escrita de surdos; Currículo; Língua de sinais, artes e corporeidade; Letramento; História dos surdos; Variação linguística; Discurso; Metáforas em línguas de sinais etc.

Num segundo momento, o trabalho de *mapeamento* seguiu com a seleção de trabalhos mais específicos da área de descrição linguística, para refinamento do *corpus*. Esse refinamento consistiu em definir, a partir da natureza do trabalho, que pesquisas estão no escopo da Linguística descritiva nos níveis fonético/fonológico<sup>8</sup>, morfológico, sintático e semântico, por entendermos que esses trabalhos estão em menor quantidade, já que pesquisas desses vieses são mais recorrentes em pesquisas de línguas orais.

Nesse processo de seleção de teses e dissertações do *corpus*, escolhemos os trabalhos cujo escopo principal é a linguística descritiva das línguas de sinais, a partir dos títulos dos trabalhos e dos resumos, chegando a um total de 146 teses e dissertações, defendidas entre 1980 e 2019, em universidades públicas brasileiras. Desse conjunto de trabalhos, foram listadas 42 teses e 104 dissertações, orientadas por diversos pesquisadores.

Entre os pesquisadores/orientadores identificados no *corpus*, há 23 que aparecem com mais de uma orientação. Deste levantamento, chegamos a um total de 23 (vinte e três) pesquisadores/orientadores, quais sejam, em ordem alfabética: Ana Regina e Souza Campello (1957-); Christiane Cunha de Oliveira (1967-); Daniele Marcelle Grannier (1943-); Dionei Moreira Gomes (1975-); Elena Godoi (não identificado); Enilde Leite de Jesus Faulstich (1947-); Evangelina Maria Brito de Faria (1957-); Evani de Carvalho Viotti (1955-); Fernando César Capovilla (1960-); Heloisa Maria Lima de Almeida Salles (1958); Jair Barbosa da Silva (1977-); Jairo Morais Nunes (1966-); Lucinda Ferreira (1945-); Maria Sueli de Aguiar (1961-); Marianne Rossi Stumpf (1973-); Miriam Lemle (1937-2020); Regina Ritter Lamprecht (1943-); Ronice Müller de Quadros (1969-); Sandra Maia Farias Vasconcelos (1962-); Sandra Pereira Bernardo (1961); Sa-

---

<sup>8</sup> Reconhecemos que Fonética e Fonologia podem ser consideradas áreas distintas e separadas, pois nem sempre houve consenso sobre essa distinção (OLIVEIRA, 2021). Notamos também que os trabalhos analisados aqui não buscam marcar posição em uma dessas áreas. Por isso, nesta pesquisa, optamos por tratá-las como áreas complementares, de modo que as teses e dissertações que abordam aspectos fonéticos e/ou fonológicos foram alocadas no mesmo subgrupo.

rajane Marques Peres (1974-); Tarcísio de Arantes Leite (1977-); e Telma Moreira Vianna Magalhães (1971-).

Além das orientações de pesquisa de pós-graduação, a implementação dos cursos de Letras Libras foi importante para a consolidação da área. Por isso, tem-se a seguir, um breve histórico de como se deu a criação dos cursos de graduação e o *mapeamento* das universidades que os ofertam.

## **5. Constituição e expansão da graduação em Letras Libras**

A crescente abertura de programas de graduação e pós-graduação que aconteceu a partir de 2007, com o programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (REUNI), lançado pelo MEC, bem como a determinação de abertura de cursos de formação de professores, instrutores e tradutores e intérpretes de Libras, pelo Decreto 5.626/2005, impulsionou a institucionalização dos cursos de Letras Libras, que deram ainda mais subsídios para pesquisas de línguas de sinais em âmbito acadêmico.

Segundo Sugiyama Júnior (2020), nos anos 2000 ocorreu, de um modo geral, uma ampla expansão dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação na rede federal de ensino. Segundo dados apontados pelo autor, na primeira década, foram criados 25 (vinte e cinco) cursos de graduação, 09 (nove) no Norte, 03 (três) no Nordeste, 02 (dois) no Centro-oeste, 07 (sete) no Sudeste e 04 (quatro) no Sul, um curso de graduação em Linguística (UFSCar, 2009), 06 (seis) programas de pós-graduação em Linguística e 18 (dezoito) programas de pós-graduação em Letras. Ademais, reitera:

Parte da criação desses cursos pode ser explicada pelo lançamento do programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior Federal- REUNI, lançado pelo governo em 2007. O repasse de novas verbas às universidades ficou vinculado com a adesão ao programa, que estabelecia, entre suas metas, a interiorização das universidades federais e o aumento da oferta de vagas (SUGIYAMA JÚNIOR, 2020, p. 99).

Além do programa REUNI, é possível atribuir ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 a explicação para o crescimento do número de estudos linguísti-

cos de línguas de sinais, como já mencionado anteriormente. Isso porque o referido Decreto, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determina, em seu Art. 3º, a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, o Art. 4º e o Art. 12º, do mesmo Decreto, preveem que:

Art. 4º - A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

[...]

Art. 12º - As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, n.p).

A partir desse contexto legal, foi criado o primeiro curso de Licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na modalidade a distância, em 2006, a fim de garantir a formação de novos profissionais na área de Libras. Nesse ano, foram abertos polos em Brasília (UnB), Florianópolis (UFSC), Fortaleza (UFC), Goiânia (CEFET-GO), Manaus (UFAM), Rio de Janeiro (INES), Salvador (UFBA), Santa Maria (UFSM), e São Paulo (USP), com o apoio financeiro da Secretaria de Educação a Distância (SEAD), da Secretaria de Educação Especial (SEESP) do MEC em 2006 e da CAPES, a partir de 2009. Conforme Quadros e Stumpf (2014):

A concepção do Curso de Letras Libras surgiu em 2002, quando o Laboratório de Ensino a Distância da UFSC entrou em contato com a

professora Ronice M. de Quadros, o professor Vilmar Silva e representantes surdos da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. Na época ainda não se tinha clareza quanto ao nível de formação que seria proposto. Em 2004, foi elaborado um projeto de criação do Curso de Letras Libras que tramitou institucionalmente pela Educação e pela Letras. Foi em 2005 que a criação do curso foi aprovada em todas as instâncias da UFSC, e foi decidida a submissão de um projeto para o oferecimento desse curso na modalidade a distância, com o apoio do Ministério da Educação. Neste mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 5.626 que regulamentou a Lei de Libras 10.436/2002. Entre as várias ações previstas neste decreto, constava a criação de cursos de formação de professores de Libras. O Curso de Letras Libras Licenciatura atendia diretamente a esta demanda legal, passando, portanto, a ser apoiado pelo Ministério da Educação (QUADROS; STUMPF, 2014, p. 10).

Com a criação do curso a distância, foi possível formar profissionais em todo o território nacional. A maior parte dos estudantes dos cursos eram surdos, atendendo à prioridade determinada pelo Decreto nº 5.626. Com isso, segundo Quadros e Stumpf (2014), profissionais tradutores e intérpretes ouvintes começaram a reivindicar participação nos cursos de Letras Libras e, então, em 2008, foi criado o curso de Bacharelado em Letras Libras, também a distância, a fim de atender a esses profissionais ouvintes. Nesta edição, foram abertos polos em Belém (UEPA), Belo Horizonte (CEFET-MG), Brasília (UnB), Campinas/SP (UNICAMP), Curitiba (UFPR), Dourados/MS (UFGD), Florianópolis (UFSC), Fortaleza (UFC), Goiânia (CEFET- GO), Natal (CEFET- RN), Porto Alegre (UFRGS), Recife (UFPE), Rio de Janeiro (INES), Salvador (UFBA), e Vitória (UFES).

Em 2009, tanto o curso de Licenciatura quanto o curso Bacharelado passaram a funcionar também na modalidade Presencial na UFSC. Além deste, implementou-se o curso de Licenciatura em Letras Libras na Modalidade Presencial, na Universidade Federal do Goiás (UFG).

Nesse ínterim, a UFSC atuou na aplicação do Exame de Proficiência em Libras - o ProLibras - a pedido do INEP e da Secretaria de Educação Especial. O exame, previsto também no Decreto 5.626/2005, ocorreu em cinco edições, de 2006 a 2010, e tinha o objetivo de certificar, com base nas capacidades tradutórias da Libras para o

português e do português para a Libras, tradutores e intérpretes de línguas de sinais e instrutores/professores de línguas de sinais. Tanto o ProLibras quanto os cursos de Letras Libras ajudaram a tornar a UFSC um centro de referência no conhecimento sobre línguas de sinais e na formação de profissionais - professores, instrutores, tradutores e intérpretes de Libras - em todo o Brasil, sobretudo nas regiões em que havia maior necessidade de atendimento aos surdos (QUADROS; STUMPF, 2014).

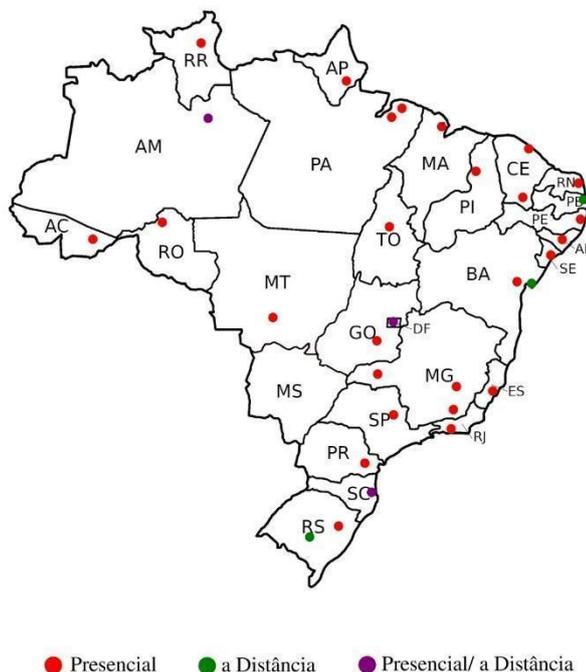
Ainda quanto à política de expansão de cursos, por um incentivo do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, vários outros cursos de Letras Libras foram implementados em instituições públicas brasileiras para a formação de docentes e de tradutores e intérpretes de Libras, conforme prevê a cartilha do Plano:

Para tornar realidade a educação bilíngue no Brasil, o Viver sem Limite prevê a criação de 27 cursos de Letras/Libras – Licenciatura e Bacharelado e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue. Por meio do plano, serão criadas 690 vagas para que as instituições federais de educação contratem professores, tradutores e intérpretes de Libras (BRASIL, 2013, p. 27).

Com isso, foram sendo implementados novos cursos de Letras Libras (Licenciatura e Bacharelado), nas modalidades presencial e a distância, em várias universidades brasileiras. O mapa a seguir apresenta um panorama dos cursos presentes em cada estado do Brasil, implementados entre 2006 e 2019<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Citamos aqui as Universidades Federais e as modalidades de curso conforme os dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do MEC (Sistema e-MEC). Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 out 2020.

**Figura 2: Mapa dos cursos de Letras Libras nas Universidades Federais**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema e-MEC e sites de universidades.

Nota-se que ocorreu, ao longo dos anos, uma descentralização dos cursos. Em todos os estados, com exceção do Mato Grosso do Sul, o curso de Letras Libras foi implementado, seja na modalidade Licenciatura ou Bacharelado, presencial ou a distância. O curso mais recente foi criado no estado de Minas Gerais, na UFMG, com início na modalidade Licenciatura/Presencial em 2019. O quadro a seguir mostra as universidades correspondentes aos estados do mapa, listados pela ordem cronológica de início dos cursos, a fim de identificar a expansão da institucionalização ao longo dos anos:

**Quadro 1: Universidades com cursos presenciais de Letras Libras**

UNIVERSIDADE	MODALIDADE	ANO DE INÍCIO
UFAM	Licenciatura	2014
UnB	Licenciatura	2015
UFSC	Licenciatura e Bacharelado	2009
UFG	Licenciatura Bacharelado	2009 2014

UFRB	Licenciatura	2010
UFC	Licenciatura	2012
UFPA	Licenciatura	2012
UFRJ	Licenciatura	2013
UFRN	Licenciatura	2013
UFS	Licenciatura	2013
UFAC	Licenciatura	2014
UFAL	Licenciatura	2014
UFES	Bacharelado	2014
UFJF	Licenciatura	2014
UFMA	Licenciatura	2014
UFMT	Licenciatura	2014
UFPE	Licenciatura	2014
UFPI	Licenciatura	2014
UFRR	Bacharelado	2014
UFSCAR	Bacharelado	2014
UFU	Licenciatura	2014
UNIFAP	Licenciatura	2015
UFPR	Licenciatura	2015
UNIR	Licenciatura	2015
UFT	Licenciatura	2015
UFRA	Licenciatura	2018
UFRGS	Bacharelado	2018
UFCA	Licenciatura	2018
UFMG	Licenciatura	2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema e-MEC e sites de universidades.

Nas Universidades Estaduais, o número é bem menor: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) funciona como um dos polos do curso a distância da UFSC. Já a Universidade do Estado do Pará (UEPA) possui um curso de Licenciatura/Presencial, desde o ano de 2012. Veja no mapa a seguir:

**Figura 3: Mapa dos cursos de Letras Libras nas Universidades Estaduais**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema e-MEC e sites de universidades.

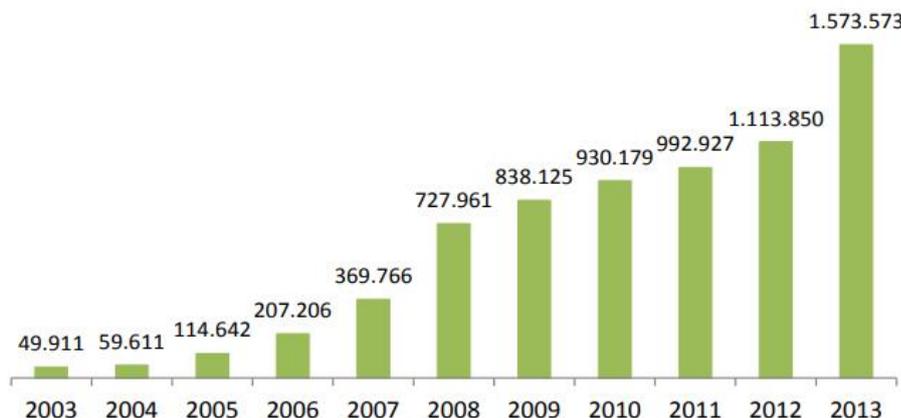
Observa-se, portanto, uma disparidade entre as instituições federais e estaduais no que tange à oferta do curso de Letras Libras. Embora tenha crescido o número de cursos ao longo dos anos, nota-se ainda a necessidade de políticas estaduais que incentivem a formação de profissionais da Libras, por meio dos cursos de graduação.

Como já mencionado anteriormente, o aumento na abertura e na oferta de cursos de Letras Libras está diretamente atrelado às políticas de expansão do Ensino Superior no Brasil. No período entre 2003 e 2014, que compreende os governos de Lula (1 de janeiro de 2003 - 1 de janeiro de 2011) e Dilma (1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016), o Ministério da Educação atuou com base numa política de expansão e interiorização de universidades, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, no intuito de democratizar o acesso ao Ensino Superior.

Além disso, houve uma diversificação na oferta de cursos, no intuito de atender às necessidades dos estudantes. Para tanto, uma das medidas adotadas para essa diversificação foi o fomento à educação a distância, a qual permite uma maior flexibi-

lidade de horários, baixo custo e um maior alcance de estudantes. Como resultado disso, os dados do relatório apontam para um crescimento expressivo no número de matrículas ao longo dos anos, conforme se vê no gráfico infra:

**Gráfico 1: Matrículas na graduação a distância, em termos absolutos, entre 2003 e 2013**



Fonte: Censo da Educação Superior- Inep/Mec

Fonte: site da Secretaria de Educação Superior (SESu).

Com vistas no gráfico, é possível notar que de 2003 a 2013 houve um aumento proeminente de cursos a distância, favorecendo a formação de profissionais de diversas áreas, incluindo a área da Libras, pois, segundo Quadros e Stumpf (2014), nas primeiras turmas, formaram-se 767 licenciados e 312 bacharéis, em Letras Libras, em 16 estados brasileiros.

A abertura e a expansão desses cursos, aliadas ao aumento dos programas de pós-graduação em Letras e a ascensão das línguas de sinais para o centro dos estudos linguísticos, fez com que muitas teses e dissertações fossem defendidas no Brasil, conforme se viu anteriormente. Com o desenvolvimento desses estudos, muitos linguistas passaram a concentrar sua atenção nas línguas de sinais do Brasil, ainda que as pesquisas de línguas orais continuem sendo majoritárias no quadro de pesquisas linguísticas. Tais pesquisadores têm se organizado em *grupos de especialidade*, nos termos de Murray (1994), conforme se verá a seguir.

## 6. Os grupos de especialidade

O termo *grupo de especialidade* pode se referir a um grupo científico academicamente organizado em torno de uma especialidade comum e que se reconhecem coesos e atuantes em determinada área de pesquisa e ensino (BATISTA, 2013). A formação de tais *grupos*, segundo Murray (1994), passa por alguns estágios. Inicialmente, os cientistas de uma determinada área da ciência formam o “invisible college”. Sobre essa terminologia, Murray (1994) comenta que

Foi utilizada, pelo menos no início do século XVII, para se referir aos cientistas que se reconhecem como competentes para julgar o bom trabalho da ciência. Tais cientistas não são invisíveis um para o outro. Sua colegialidade é “invisível” no sentido de que os participantes não estão reunidos em uma única organização formal, em locais específicos, e que partes importantes de suas comunicações são avaliações informais, não publicações formais (MURRAY, 1994, p. 10).<sup>10</sup>

Essa rede de relações informais entre cientistas permite que o conhecimento se desenvolva não só nas instituições organizadas, embora estas sejam essenciais para o fortalecimento de um *grupo de especialidade* e de um conjunto de ideias defendidas por ele. Murray (1994) chama a atenção ao fato de que a institucionalização não garante que tais ideias sejam verdadeiras, mas que elas sejam mais bem elaboradas, consolidadas e difundidas.

Murray (1994) descreve cada estágio do processo de formação de um grupo de especialidade. O primeiro deles seria o “estágio normal”, em que os cientistas estão espalhados por instituições distintas e mantêm poucas relações entre si. Também, nessa fase, o trabalho de coautoria é raro.

Após essa etapa, surge o estágio do “trabalho em rede”. Esse trabalho parte da atitude de um ou mais líderes intelectuais que propõem o reconhecimento de uma

---

<sup>10</sup> Essa e as demais traduções de excertos de Murray (1994) presentes neste trabalho foram sugeridas pelos membros do grupo *Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas* (CNPq/UFPI). Texto original: “The formulation ‘invisible college’ was hardly new. It has been used at least as early as the 17th century to refer to those science. Such scientists are not invisible to each other. Their collegiality is ‘invisible’ in the sense that the participants are not gathered in a single formal organization at a specific places and that important parts of their communications are informal assessments, not formal publications”.

nova perspectiva científica, devido a um novo problema de pesquisa. O papel desses líderes, então, consoante Murray (1994), é convencer os cientistas de que há algo novo a ser feito, segundo novas linhas. Com isso, forma-se um grupo de cientistas que trabalham com ideias semelhantes, assumindo ainda a missão de arregimentar novos cientistas, iniciantes ou experientes, a compor essa rede. Só então, após estabelecida certa coesão de ideias, é que se pode falar em *grupo* ou *cluster*. Para Murray (1994),

É mais apropriado dizer que um *cluster* é caracterizado pela consciência de que eles são um grupo. Isso pode acontecer espontaneamente dentro do grupo ou pode ser auxiliado por ser rotulado por pessoas de fora de grupo. A identificação como parte de uma perspectiva distinta promove uma nova atitude dogmática no estágio *cluster* (MURRAY, 1994, p. 15).<sup>11</sup>

Até chegar ao estágio de especialidade, o *cluster* pode ainda ser atacado por outros cientistas. Segundo o autor, isso pode ser um indicador de sucesso. Além disso, as ideias do novo grupo podem ser aceitas ou rejeitadas pelas instituições existentes. O fato é que, sendo aceito ou não, o novo grupo que se forma já pode ser considerado um *grupo de especialidade*, já que se distinguem das ideias coexistentes e as tais ideias vão sendo desenvolvidas pelos alunos que vão se formando e sendo “contratados” por suas instituições de origem, para assim manter a prática do grupo. Com isso, passa-se ao estágio acadêmico, que ocorre quando o desafio do novo paradigma foi bem-sucedido e se tornou a nova ‘ciência normal’ (MURRAY, 1994).

Importante ressaltar que o próprio Murray (1994) afirma não ser rígida a formação desses estágios. É possível que *grupos de especialidade* se formem seguindo etapas distintas. Isso foi constatado, por exemplo, por Altman (2004[1998]) ao tratar da institucionalização da Linguística no Brasil, quando diz: “No Brasil, a conscientização interna dos participantes das primeiras atividades ligadas à Linguística, de que

---

<sup>11</sup> Texto original: “It is more appropriate to say that a cluster is characterized by consciousness that they are a group. This may come about spontaneously within the group or may be aided by being labeled by outsiders. Identification as part of a distinctive perspective fosters a newly dogmatic attitude at the cluster stage”. A opção por não traduzir o termo *cluster* é feita na intenção de designar um grupo que assume essas características descritas por Murray (1994). Importante ressaltar que, mesmo abonado nos dicionários gerais Houaiss e Aurélio, o termo *cluster* não é definido do modo como se discute aqui.

constituíram um grupo à parte, foi posterior ao momento da sua institucionalização; ao contrário, pois, da escala prevista por Murray (1994)” (ALTMAN, 2004[1998], p. 265).

Quanto à formação de *grupos de especialidade* em estudos linguísticos sobre línguas de sinais, percebe-se que a formação dos grupos de pesquisa na área existentes nas universidades brasileiras parece ter passado por esses estágios tal qual descreve Murray (1994), considerando que: linguistas brasileiros, ligados a movimentos ativistas de surdos, em diferentes localidades, se interessavam pelo estudo linguístico-descritivo das línguas de sinais, a fim de evidenciar o estatuto linguístico dessa modalidade de língua e, assim, corroborar com as reivindicações dos movimentos sociais para o seu reconhecimento legal e acadêmico. Conforme Garcia (2019), um aspecto que difere o trabalho acadêmico do Brasil da experiência norte-americana em línguas de sinais é a criação de GTs (Grupos de Trabalho).

O primeiro grupo de pesquisa que se institucionalizou foi o *Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez* (GELES), criado por Lucinda Ferreira, em 1985, durante a *II Conferencia Latino Americana de Sordos*, ocorrida em Buenos Aires. Conforme Brito e Câmara (2019), a formação do GELES se deu justamente pela atuação de Ferreira nas diferentes universidades por onde passou: Universidade de Mogi das Cruz (1979-1981), Universidade Federal de Pernambuco (1985-1986) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987 – ?)<sup>12</sup>. De acordo com o relato de Felipe (2019):

O GELES teve a sua fase embrionária no estado de São Paulo em 1979, como consta na apresentação do seu Boletim 1, redigido, em Pernambuco, pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucinda Ferreira Brito e membros do GELES do Recife. Nessa fase embrionária, Ferreira Brito, professores e profissionais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)/ Centro de Reabilitação Prof. Dr. Gabriel da Silva Porto (Cepre é a sua sigla atual) começaram a desenvolver projetos de pesquisa na área da surdez, com foco para uma proposta de Educação Bilíngue para surdos: língua de sinais e português; depois, a partir de 1980, esses dois gru-

---

<sup>12</sup>Os anos de atuação em cada universidade foram informados com base no Currículo Lattes da pesquisadora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1695994704730655>. A última atualização do currículo ocorreu em 03/06/2008, por isso, não se pode ainda informar ao certo em que ano a professora encerrou sua atuação na UFRJ, haja vista que ela está, atualmente, desvinculada das atividades acadêmicas.

pos se consolidaram e fundaram o GELES, quando Lucinda Ferreira Brito estava na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como Professora Visitante (FELIPE, 2019, p. 64).

O grupo GELES foi responsável pela publicação de Boletins que divulgavam as pesquisas sobre os aspectos linguísticos, socioculturais e educacionais da surdez, no intuito de trazer a público os eventos científicos e os trabalhos de pesquisa nessa área. Foram cinco números de Boletins e um número de Revista: Boletim nº 1 (1985); Boletim nº 2 (1986); Boletim nº 3 (1988); Boletim nº 4 (1990); Boletim nº 5 (1990); Revista nº 6 (1992) (SANTOS; MONTEIRO, 2019).

Com o fortalecimento cada vez maior do grupo, Ferreira idealizou a criação do Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez (GTLS) junto à ANPOLL, em 1988, tornando-se a primeira coordenadora. Segundo Felipe (2019), só em 2014 o GT passou a se chamar GT Libras, atendendo ao pedido feito pelos membros junto à Diretoria da ANPOLL. Contudo, o documento disponibilizado no site mostra que foi em 2015 que os membros do GT, cuja coordenação e vice-coordenação estavam sob responsabilidade das professoras Marianne Rossi Stumpf e Ronice Muller Quadros, respectivamente (biênio 2014-2016), concordaram e solicitaram a mudança. Importante destacar a justificativa dada para a mudança do nome, que consta no documento de solicitação:

Solicitamos a alteração do nome do GT Linguagem e Surdez para Língua Brasileira de Sinais – Libras, pois nós, membros do GT, acreditamos que o nome atual utilizado não mais reflete a atualidade. As pesquisas evoluíram, a área como um todo evoluiu e a nomenclatura mais utilizada atualmente nas pesquisas científicas é Libras, sendo assim, vemos essa necessidade de alteração, até mesmo para a consolidação da mesma.<sup>13</sup>

Observa-se, na justificativa, o reconhecimento de uma “evolução” nas pesquisas em línguas de sinais, o que normalmente ocorre na ciência, conforme Kuhn (2018 [1962]). Com o tempo, as pesquisas foram se modificando, definindo métodos pró-

---

<sup>13</sup> Extraído do documento de solicitação de mudança de nome do GT. Disponível em: <http://anpoll.org.br/gt/libras/wp-content/uploads/sites/24/2013/03/Alteracao-de-nome-de-GT.pdf>.

prios e princípios teóricos básicos, consolidando a *Tradição de Pesquisa em Línguas de Sinais*. Ainda quanto à mudança de nome do GT, Felipe (2019), uma das participantes do GT à época, tece o seguinte comentário:

Concordo com a mudança, mas essa proposta não foi refletida e partilhada com todos os membros do GTLS e, por isso, a minha sugestão é que repensemos essa nova denominação, uma vez que ela não contempla todas as linhas de pesquisa já existentes e as possíveis de serem criadas, pois o GT sempre existirá através das novas gerações de novos pesquisadores (FELIPE, 2019, p. 82).

Nota-se, a partir disso, uma aparente discordância da mudança de nome que ocorreu em 2015, embora o termo “concordo” esteja explícito. Isso mostra que, mesmo que haja um *cluster*, conforme os dizeres de Murray (1994), algumas ideias, teóricas ou administrativas, podem divergir dentro de um mesmo grupo, por membros que se reconhecem pertencentes a este grupo.

Além do GT da ANPOLL, outros grupos de pesquisa foram se formando nas universidades brasileiras. A seguir, apresenta-se, com base no levantamento que se fez para esta pesquisa, um panorama quantitativo desses grupos por regiões e as instituições vinculadas, conforme dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

**Tabela 1: Quantidade de grupos de pesquisa em instituições brasileiras (por regiões)**

REGIÕES	QUANT.	INSTITUIÇÕES
Norte	7	UFT, UFAC, UFPA, UEA, UFRR, UNIFAP
Nordeste	10	UESPI, UFAL, UFPE, UFS, UFRB, UFBA, IFBA, UFDPAr
Centro-Oeste	4	UNB, IFB, UFG, UEMS
Sudeste	10	Unicamp, UFRJ, UNIFESP, INES, UFMG, UNESP, UFS-CAR, UFF, USP
Sul	7	UFSC, UNIOESTE, UTFPR, PUCRS, IFRS
<b>Total</b>	<b>38</b>	

Fonte: elaboração própria com base nos dados catalogados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Acesso em jul. 2021.

Com base nos dados apresentados acima, chegou-se a um total de 38 grupos de pesquisa com área de concentração em Linguística das línguas de sinais, sendo que a maioria deles estão concentrados na região Sudeste (10 grupos) e na região Nordeste (10 grupos), em diversas instituições. As instituições que aparecem mais de uma vez na lista de grupos de pesquisa são, na região Nordeste, a UFPE (2), na região Sudeste, a Unicamp (2) e, na região Sul, a UFSC (3).

### **Considerações finais**

Diante do que foi exposto neste trabalho, percebe-se o expressivo desenvolvimento de pesquisas linguísticas sobre as línguas de sinais, sobretudo no contexto da pós-graduação. Partindo do princípio da *contextualização* (KOERNER, 2014[1995]), identificou-se, de um modo geral, as influências dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, em busca das políticas de inclusão, nos quais os surdos estavam inseridos. A principal reivindicação destes foi o reconhecimento legal da língua de sinais utilizada nos centros urbanos, que, a partir da Lei nº 10.436, de 22 de abril de 2002, passou a ser reconhecida, nacionalmente, como Libras.

No âmbito acadêmico, viu-se ainda como se deu a institucionalização do curso de Letras Libras e a expansão do Ensino Superior, no Brasil, promovendo a formação de professores e tradutores/intérpretes de Libras. Nessa conjuntura, o conhecimento sobre línguas de sinais foi ganhando mais espaço no campo da Linguística brasileira, a qual, tradicionalmente, privilegia os estudos de línguas orais. Ressalta-se, porém, que as pesquisas em línguas de sinais antecedem o período da criação do curso de Letras Libras, uma vez que, já nas décadas de 1980 e 1990, eram realizadas pesquisas de mestrado e de doutorado na área.

Ressalta-se ainda a relevância da pesquisa historiográfica para a resgate da história da Linguística e suas subáreas e *tradições*, uma vez que, conhecer a história de uma área, torna o pesquisador mais consciente do lugar que ocupa numa área de investigação e é também uma oportunidade de entender melhor as ciências contemporâneas da linguagem e das suas metodologias como um todo (ALTMAN, 2012).

Portanto, espera-se, a partir do estudo realizado, contribuir com as pesquisas na área da HL, mas também oferecer à comunidade acadêmica, sobretudo aos pesquisadores e estudiosos de línguas de sinais, uma narrativa dos principais desdobramentos históricos da *TPLS*.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USPP, 2004[1998].

\_\_\_\_\_. História, estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526/3488>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ARMSTRONG, David F. A teoria gestual das origens da linguagem. Tradução: Pedro Henrique Witchs e Maria Vitória Witchs. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7649 - 7665, jan./mar. 2022[2008].

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A recepção à gramática gerativa no Brasil (1967-1983): um estudo historiográfico**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BAYNTON, Douglas. The curious Death of Sign Language Studies in the Nineteenth Century. In: Armstrong, D., M.A. Karchmer y J.V. van Cleve (orgs.) **The Study of Signed Languages: Essays in Honor of William C. Stokoe**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2002, p. 13-34.

BRASIL. **Decreto nº 84.919, de 16 de julho de 1980**. Institui a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. 1980. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84919-16-julho-1980-434246-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e Cultura. **Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Relatório de Atividades Brasil. Brasília, 1981. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-6806/ano-internacional-das-pessoas-deficientes---1981>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 13.146, de 5 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Viver sem limite** – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha\\_Plano\\_Viver\\_sem\\_Limite.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRITO, Fábio Bezerra de. **Movimento social surdo e luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais**. Coleção: Educação Bilíngue de Surdos no Brasil: história, desafios e avanços, v. 3. Curitiba: CRV, 2021.

CAVALCANTE, Eleny Brandão. **Educação de surdos**: um estudo das teses e dissertações de 1990 a 2013. 238f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2016.

COELHO, Olga; NÓBREGA, Rogério, ALVES, Bruno Fochesato. A técnica de mapeamento de produção linguística: exemplificação em um estudo de caso. In: COELHO, Olga (org.). **Fontes para a Historiografia Linguística**: caminhos para a pesquisa documental. Campinas: Pontes Editores, 2021, p. 13-27.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FELIPE, Tanya Amara. Trinta anos na ANPOLL: do Geles, GT Linguagem e Surdez ao GT Libras – trajetórias e conquistas. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p.63-86.

FEYERABEND, Paul. **A ciência em uma sociedade livre**. Tradução: Vera Joscelyne. São Paulo: Editora Unesp, 2011[1978].

GARCIA, Barbara Gerner de. Prefácio. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços, v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 15-17.

HISTORIOGRAFIA Linguística: métodos. 2021. 1 vídeo (2h29min). Publicado pelo canal **Abralin**. Disponível em: <https://youtu.be/Uj8Z47jDoz8>. Acesso em: 9 out. 2022.

KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. Questões que persistem na historiografia linguística. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados**. Tradução de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014 [1995], p. 45-63.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 2 reimpr. da 13 ed. de 2017. São Paulo: Perspectiva, 2018 [1962].

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2023.

LAUDAN, Larry. **O progresso e seus problemas**: rumo a uma teoria do crescimento científico. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1977].

MURRAY, Stephen O. Theory Groups in Science. In: \_\_\_\_\_. **Theory groups and the Study of Language in North America**: a social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 1994, p. 1-26.

OLIVEIRA, Karina Gonçalves de Souza de. **História da Fonética e da Fonologia no Brasil (1949-2000)**: aspectos do conhecimento em circulação em teses e dissertações. Tese (Doutorado). 286f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Olga Ferreira Coelho Sanzone, 2021.

OVIEDO, Alejandro. Unas notas sobre el estudio de las lenguas de señas antes de la era de Stokoe. **Cultura Sorda**, 2007. Disponível em: <<https://culturasorda.org/estudio-lenguas-de-senas-antes-de-stokoe/>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Vuelta a un hito histórico de la lingüística de las lenguas de señas: la *mimographie* de Bébian en el sistema de transcripción de Stokoe. **Lenguaje**, vol. 37, n. 2, 2009, p. 293-313.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. Letras Libras EaD. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Letras Libras**: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

ROCHA, Solange Maria da. O processo de produção de memória coletiva para a construção de uma historiografia contemporânea no campo da educação de surdos no Brasil. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da AN-POLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 19-36.

SANTOS, Deize Vieira dos; MONTEIRO, Myrna Salerno. Breve histórico dos estudos sobre a língua de sinais no Brasil do final dos anos 70 até o início da segunda década dos anos 2000: resgatando os surdos da marginalização. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 10-12.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/Interpretação de língua de sinais no Brasil**: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. 313p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. 2013.

SILVA, César Augusto de Assis. O papel de agentes religiosos na surdez: considerações sobre a constituição da cultura surda. **Espaço**, Rio de Janeiro, n.39, jan./jun. 2013, p. 5-16.

SUGIYAMA JÚNIOR, Ênio. **O ensino de linguística no Brasil (1960-2010)**: efeitos do processo de institucionalização da disciplina na configuração curricular dos cursos de Letras e Linguística. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista argentina de historiografía lingüística**, n. 1, v. 1, p. 67-76, 2009.

\_\_\_\_\_. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. Tradução: Ronaldo de Oliveira Batista e Antônio Ackel Barbosa. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

TRABANT, Jürgen. **A linguagem, objeto do conhecimento**: breve trajeto pela história das ideias linguísticas. Tradução e apresentação: Carlos Piovezani, Luzmara Curcino, Marcio Alexandre Cruz. São Paulo: Parábola, 2020.

**Recebido em:** 07/12/2022

**Aprovado em:** 23/03/2023